



**Secretaria Municipal de Saúde
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Santo Antônio de Pádua
Estado do Rio de Janeiro**

EDITAL 021/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 047/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERNAÇÃO DOMICILIAR (HOME CARE).

PROCESSO ADMINISTRATIVO 0079/2022

EDITAL: 021/2022 PREGÃO PRESENCIAL

HOMOLOGAÇÃO: 26/05/2022

EMPRESA: CLÍNICA DE ENFERMAGEM PRÓ CUIDAR EIRELLI

ENDEREÇO: RUA SILVA JARDIM, Nº 33 – LOJA 03, SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA/RJ.

CNPJ: 14.528.577/0001-85

TELEFONE: (22) 3853-1186

E-MAIL: procuidarpadua@hotmail.com

O **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA**, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº04.249.257/0001-32, com sede na Avenida João Jasbick, nº520, Bairro Aeroporto, Santo Antônio de Pádua/RJ, neste ato representado pelo responsável pelo Órgão Gerenciador, **MARIA CRISTINA CRETTON FRANÇA**, em virtude da deliberação da Ilm^o Sr. Secretário Municipal de Saúde, **RAFAEL LYONS**, resolve, registrar os preços apresentados pela empresa acima identificada, representada por **JULIANA FRAUCHES NASCIMENTO**, inscrito no CPF sob o nº**110.572.807-20** e portador da carteira de identidade nº**13050565-4 IFP/RJ**, conforme abaixo:

1. DO OBJETO

1.1. O objeto é o **REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERNAÇÃO DOMICILIAR (HOME CARE)**, com estrita observância de todas as exigências, prazos, especificações, normas técnicas, condições gerais e especiais contidas no edital e nos seus anexos, inclusive o **TERMO DE REFERÊNCIA**, parte integrante e inseparável do edital, independente de transcrição, conforme abaixo:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO/SERVIÇOS | LABOR DIÁRIO | QUANT. 12 MESES | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|-------------|---|-----------------------|------------------------|-----------------------|-----------------------|
| 001 | TÉCNICO DE ENFERMAGEM 24 HORAS DIÁRIAS - 7 DIAS DA SEMANA | PLANTÃO 24 H | 2232 | 234,98 | R\$ 524.475,36 |
| 002 | TÉCNICO DE ENFERMAGEM 12 HORAS DIÁRIAS - 7 DIAS DA SEMANA | PLANTÃO 12 H - DIURNO | 1481 | 138,60 | R\$ 205.266,60 |
| 003 | TÉCNICO DE ENFERMAGEM 8 HORAS DIÁRIAS - 7 DIAS DA SEMANA | PLANTÃO 8 H - DIURNO | 1481 | 109,29 | R\$ 161.858,49 |
| 004 | ENFERMEIRO - VISITA / INTERCORRÊNCIAS | VISITA | 360 | 195,00 | R\$ 70.200,00 |
| 005 | FISIOTERAPEUTA - (SEGUNDA-FEIRA A SEXTA-FEIRA) | SESSÃO | 2208 | 91,01 | R\$ 200.950,08 |
| 006 | MÉDICO - VISITA /INTERCORRÊNCIA | CONSULTA | 120 | 250,00 | R\$ 30.000,00 |
| 007 | NUTRICIONISTA -1 VISITA MENSAL | CONSULTA | 96 | 106,00 | R\$ 10.176,00 |
| 008 | PSICOLOGO | VISITA | 48 | 100,00 | R\$ 4.800,00 |
| 009 | FONOAUDIOLOGIA | SESSÃO | 1344 | 78,00 | R\$ 104.832,00 |

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO/MATERIAIS (LOCAÇÃO) | QUANT. 12 MESES | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL | |
|---|--|-----------------|----------------|-------------------------|---------------|
| 001 | VENTILADOR MECÂNICO (BIPAP) COM ACESSÓRIOS DESCARTÁVEIS NECESSÁRIOS SOB PRESCRIÇÃO | EQUIP/MÊS | 24 | 500,00 | R\$ 12.000,00 |
| 002 | NO BREAK | EQUIP/MÊS | 24 | 30,00 | R\$ 720,00 |
| 003 | ASPIRADOR DE SECREÇÕES, CAPACIDADE 5 LITROS | EQUIP/MÊS | 24 | 50,00 | R\$ 1.200,00 |
| 004 | CAMA HOSPITALAR COM COLCHÃO / MANUAL COM MANIVELAS | EQUIP/MÊS | 24 | 50,00 | R\$ 1.200,00 |
| 005 | COLCHÃO PNEUMÁTICO | EQUIP/MÊS | 24 | 30,00 | R\$ 720,00 |
| 006 | CADEIRA DE BANHO* | EQUIP/MÊS | 24 | 20,00 | R\$ 480,00 |
| 007 | CADEIRA DE RODAS* | EQUIP/MÊS | 24 | 20,00 | R\$ 480,00 |
| 008 | INALADOR | EQUIP/MÊS | 24 | 30,00 | R\$ 720,00 |
| TOTAL ESPECIFICAÇÃO/SERVIÇOS E ESPECIFICAÇÃO/MATERIAIS (LOCAÇÃO) | | | | R\$ 1.330.078,53 | |

2. DO PRAZO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços é de **12 (doze)** meses, contados da sua assinatura.

3. DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES PARA A RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO E PARA A EXECUÇÃO

3.1. O prazo para a retirada da **nota de empenho** é de **1 (um) dia**, após a convocação realizada pelo **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA** através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA**.

3.1.1. A convocação da empresa vencedora para retirar a **nota de empenho** será realizada através do e-mail indicado pela empresa na proposta de preços ou através de publicação no **sítio www.santoantoniodepadua.rj.gov.br (Portal da Transparência)** ou através de publicação no Jornal "Opção do Noroeste" ou no "Diário Oficial da União".

3.2. A execução do objeto compreende o atendimento domiciliar especializado por equipe multiprofissional e locação de equipamentos, de acordo com a complexidade da patologia de base e necessidades específicas de cada paciente, conforme a ordem judicial proferida ou a avaliação médica por profissional devidamente habilitado da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

3.3. A execução do objeto deverá ter início no horário, dia e local indicados na ordem de serviço emitida pelo setor competente da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE junto à Contratada e ser realizada por equipe multiprofissional composta por profissionais devidamente habilitados e inscritos nos conselhos respectivos (técnico de enfermagem, enfermeiro, fisioterapeuta, médico, nutricionista, psicólogo e fonoaudiólogo).

3.4. As ações da **equipe multiprofissional** devem ser preparadas e executadas de forma organizada e integrada, baseadas na ética comum a todos, em benefício do paciente. A periodicidade do labor de cada profissional será de acordo com o nível de complexidade de cada paciente, bem como do seu estado clínico.

3.5. O atendimento aos pacientes deve ser pautado na observância das suas necessidades, atentando para obrigação de realizar tudo o que estiver ao alcance da Contratada, nos melhores níveis da medicina atual, para prestar um bom serviço e alcançar a estabilidade do quadro clínico. Uma vez implantado o atendimento, este deverá ser mantido, da melhor forma possível, em condições dignas, dotado dos equipamentos médicos necessários e pertinentes à área de sua atuação.

3.6. As informações acerca do tratamento instituído deverão compor o prontuário que deve conter obrigatoriamente a identificação do paciente, prescrição e evolução **multiprofissional**, resultados de exames e descrição dos fluxos de atendimento de urgência e emergência. E ainda, o prontuário deve ser preenchido com letra legível e assinado por todos os profissionais envolvidos diretamente na assistência ao paciente, mantendo-se o registro de todos os procedimentos prestados, desde a indicação até o óbito, caso ocorra.

3.7. Todas as informações sobre a produção assistencial relativas aos dados dos atendimentos prestados ao paciente devem ser apresentadas ao Contratante.

3.8. Em situações em que o paciente necessitar de internação hospitalar, a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** deverá ser imediatamente comunicada e os dias referentes ao período de internação não serão contabilizados para fins de faturamento.

3.9. A **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, no cumprimento do seu poder de executora do contrato, realizará visitas, mensalmente, no domicílio do paciente, para averiguar o fiel cumprimento das obrigações contratuais, os registros em prontuário, com vistas a checagem dos serviços prestados e a qualidade da assistência oferecida. E havendo inconsistências nos procedimentos prestados, inevitavelmente, ocorrerá glosa dos referidos serviços.

3.10. A ordem de serviço emitida pelo setor competente da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** junto à Contratada deverá ser realizada com antecedência mínima de **2 (dois) dias da data do início da prestação de serviço.**

3.11. O serviço será executado nos domicílios dos pacientes, localizadas em endereços dentro do limite territorial do **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA/RJ.**

3.12. A prestação de serviço deverá ser realizada de acordo com a **RESOLUÇÃO RDC/ANVISA nº11, de 26/01/2006, RESOLUÇÃO CFM nº1668, de 07/05/2003 e demais legislação específica quanto ao objeto contratado, especialmente às relativas à ANVISA – AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA – CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA e a outros conselhos de profissionais envolvidos na execução.**

4. DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES PARA A ASSINATURA DO CONTRATO

4.1. O prazo para a assinatura do **contrato** é de **2 (dois) dias**, após a convocação realizada pelo **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA** através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA**.

4.1.1. A convocação da empresa vencedora para assinar o **contrato** será realizada através do e-mail indicado pela empresa na proposta de preços ou através de publicação no **sítio www.santoantoniodepadua.rj.gov.br (Portal da Transparência)** ou através de publicação no Jornal "Opção do Noroeste" ou no "Diário Oficial da União".

4.2. O contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa ou autorização de compra, conforme o **art. 62 da Lei Federal nº8.666/1993**.

4.3. Durante o prazo de vigência da ata de registro de preço, o licitante vencedor poderá ser convocado para assinar quantos contratos forem necessários para suprir a necessidade da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**.

4.4. Os quantitativos de cada contrato serão definidos conforme a necessidade da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**.

4.5. O prazo contratual será de no máximo **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do contrato, sem interrupção e prorrogável na forma da lei, mediante justificativa por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente, assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, nas hipóteses previstas na **Lei Federal nº8.666/1993** e alterações posteriores, especialmente os motivos elencados no **§1º do art. 57** do referido **diploma legal**.

4.6. O início do prazo contratual deverá ocorrer no período de vigência da ata de registro de preços, podendo, portanto, ultrapassar a vigência final do respectivo instrumento.

5. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. O licitante ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será descredenciada do Cadastro de Fornecedores mantido pela Administração Pública Municipal, pelo prazo de até **5 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas no edital, no contrato e das demais cominações legais, conforme dispõe o **art. 7º da Lei Federal nº10.520/2002, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal**, inclusive por **perdas e danos** causados ao **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA**, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA**, quando injustificadamente:

5.1.1. Convocado, **causar atraso ou recusar-se a assinar o contrato, receber a nota de empenho ou outro documento equivalente e, ainda, receber o documento autorizativo do início da execução contratual:**

5.1.1.1. Sanção: de 6 (seis) a 12 (doze) meses;

5.1.2. Deixar de entregar documentação complementar exigida:

5.1.2.1. Sanção: de 6 (seis) a 12 (doze) meses;

5.1.3. Fazer declaração ou apresentar documentação falsa:

5.1.3.1. Sanção: de 18 (dezoito) a 30 (trinta) meses;

5.1.4. Falhar ou fraudar na execução do contrato:

5.1.4.1. Sanção: de 18 (dezoito) a 30 (trinta) meses;

5.1.5. Comportar-se de modo inidôneo:

5.1.5.1. Sanção: de 18 (dezoito) a 30 (trinta) meses;

5.1.6. Cometer fraude fiscal:

5.1.6.1. Sanção: de 18 (dezoito) a 30 (trinta) meses.

5.2. As sanções estabelecidas na **cláusula 5.1.** da ata de registro de preços serão aplicadas dentro dos limites fixados para cada conduta, de acordo com a culpabilidade, o dolo apurado, os antecedentes do agente, os motivos e as circunstâncias da infração e os prejuízos causados ao **Contratante.**

5.3. A Contratada, na hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ressalvados os casos fortuitos e de força maior devidamente comprovado, estará sujeita às seguintes penalidades, garantida a sua prévia defesa no respectivo processo:

5.3.1. Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo;

5.3.2. Multa administrativa, que não excederá, em seu total, **20% (vinte por cento)** do valor da parcela inadimplida, nas hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza;

5.3.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA**, por prazo não superior a dois anos;

5.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

5.4. A **advertência** será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo ao interesse da **execução do objeto.**

5.5. A penalidade de suspensão temporária e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a **2 (dois) anos** poderá ser aplicado à Contratada nos seguintes casos, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos:

5.5.1. Reincidência em descumprimento do prazo contratual;

5.5.2. Descumprimento parcial total ou parcial de obrigação contratual;

5.5.3. Rescisão do contrato;

5.5.4. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

5.5.5. Tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

5.5.6. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

5.6. As penalidades previstas de advertência, suspensão temporária e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a pena de multa, sendo assegurada à Contratada a defesa prévia, no respectivo processo, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da notificação administrativa.

5.7. Ocorrendo atraso injustificado na **execução do objeto**, por culpa da Contratada, ser-lhe-á aplicada multa moratória de **1% (um por cento)**, por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso, constituindo-se em mora independente de notificação ou interpelação.

5.8. A recusa injustificada do **fornecedor** em **retirar a nota de empenho e/ou assinar o termo de contrato**, no prazo estipulado, importa inexecução total da obrigação, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação das penalidades prevista, inclusive multa, que não excederá, em seu total, **20% (vinte por cento)** do valor da parcela inadimplida, facultando o **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA** através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA** a convocar o licitante remanescente, na forma do **art. 64, § 2º** da **Lei Federal nº8.666/1993**.

5.9. Os danos e perdas decorrentes de culpa ou dolo da Contratada serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de **3 (três) dias**, contados de notificação administrativa, sob pena de multa de **0,5% (meio por cento)** sobre o valor do contrato, por dia de atraso.

5.10. As multas previstas não têm caráter compensatório e o seu pagamento não elide a responsabilidade da Contratada pelos danos causados ao Contratante e, ainda, não impede que sejam aplicadas outras sanções previstas em lei e que o contrato seja rescindido unilateralmente.

5.11. A multa aplicada deverá ser recolhida dentro do prazo de **3 (três) dias** a contar da correspondente notificação e poderá ser descontada de eventuais créditos que a Contratada tenha junto ao Contratante, sem embargo de ser cobrada judicialmente.

6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias**, mediante adimplemento de cada parcela da obrigação, através de ordem bancária creditada em conta corrente indicada, por intermédio da apresentação da **nota fiscal/fatura** emitida pela Contratada em correspondência ao objeto executado. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

6.1.1. A parcela da obrigação para fins de pagamento compreenderá o período entre o 1º (primeiro) e último dia de cada mês.

6.1.2. O pagamento compreenderá somente as unidades que estejam diretamente relacionados à quantidade de serviço efetivamente executado.

6.2. Havendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, serão devidos pelo Contratante **0,033%, por dia**, sobre o valor da parcela devida, a título de **compensação financeira**.

6.3. Por eventuais atrasos injustificados, serão devidos à Contratada, **juros moratórios de 0,01667% ao dia**, alcançando ao ano **6% (seis por cento)**.

6.4. Entende-se por atraso o prazo que exceder **30 (trinta) dias** da apresentação da fatura.

6.5. Ocorrendo antecipação no pagamento dentro do prazo estabelecido, o Contratante fará jus a um desconto de **0,033% por dia**, a título de **compensação financeira**.

7. DAS OBRIGAÇÕES

7.1. São obrigações da Contratada:

7.1.1. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, à suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, no **prazo máximo de 2 (duas) horas**, conforme determina o **art. 69** da **Lei Federal nº8.666/1993**;

7.1.2. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe forem exigidas;

7.1.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias na **execução do objeto**, conforme **art. 65, §1º** da **Lei Federal nº8.666/1993**;

7.1.4. Trocar, às suas expensas, o material que vier a ser recusado, certo que o recebimento provisório não importa sua aceitação definitiva, no **prazo máximo de 2 (duas) horas**;

7.1.5. Indenizar todos os custos financeiros que porventura venham a ser suportados pelo Contratante por força de sentença judicial que reconheça a existência de vínculo empregatício, bem como por qualquer tipo de autuação ou ação que venha sofrer em decorrência da execução do contrato que incorra em dano ou indenização, assegurando ao Contratante o exercício do direito de regresso, eximindo-o de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

7.1.6. Observar os regulamentos, leis, posturas e as determinações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), os dispositivos legais vigentes e as Normas Técnicas de Saúde e Segurança do Trabalho;

7.1.7. Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho previstas na legislação pertinente, bem como adotar todas as providências e obrigações, quando seus empregados forem vítimas de acidentes de trabalho no desempenho de seus serviços ou em conexão com eles, ainda que verificadas nas dependências de locais do Contratante;

7.1.8. Fornecer e providenciar a utilização dos equipamentos de proteção individual (EPI's), de acordo com a Lei de Segurança e Medicina do Trabalho (**Lei Federal nº6.514, de 22 de dezembro de 1977**) e **Norma Regulamentadora nº06** aprovada pela **Portaria GM nº3.214 do Ministério do Trabalho, de 8 de junho de 1978**;

7.1.9. Prestar esclarecimentos e informações solicitados pelo Contratante;

7.1.10. Conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referente ao objeto contratado, para os servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno e externo;

7.1.11. Responder exclusivamente e integralmente, perante o Contratante, pela execução do contrato, e ainda, responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;

7.1.12. Substituir, às suas expensas e responsabilidade, os materiais que não estiverem de acordo com as especificações;

7.1.13. Executar o objeto de acordo com todas as cláusulas estipulados no edital, termo de referência e contrato;

7.1.14. Indenizar em qualquer caso todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto, respondendo por si e por seus sucessores;

7.1.15. Arcar com todas as despesas decorrentes de eventual execução de trabalhos em horário extraordinário (diurno, noturno, domingos e feriados) necessários a plena execução do **objeto**, quando indispensável ao cumprimento dos prazos estipulados;

7.1.16. Providenciar, junto aos órgãos competentes, sem ônus para o Contratante, todos os registros, licenças e autorizações que forem devidos em relação ao **objeto** contratado;

7.1.17. Contratar profissionais idôneos e habilitados indispensáveis à execução do **objeto**;

7.1.18. Acatar as determinações do **Contratante** no sentido de reparar e/ou refazer, de imediato, os serviços executados com vícios, defeitos ou incorreções, independente da data da notificação;

7.1.19. Corrigir, prontamente, quaisquer erros ou imperfeições dos trabalhos, atendendo, assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pela fiscalização do **Contratante**;

7.1.20. Atender as medidas técnicas e administrativas determinadas pela fiscalização do **Contratante**;

7.1.21. Executar o **objeto** rigorosamente no prazo pactuado e condições estabelecidas no ato convocatório e no **contrato**, bem como cumprir todas as demais obrigações impostas pelo edital e seus anexos, inclusive o **termo de referência**;

7.1.22. Contratar, às suas expensas, todos os seguros exigidos ou que venham a ser exigidos por lei e que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto;

7.1.23. Promover, às suas expensas, a cobertura, através de seguro, dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto do contrato, devendo reparar e indenizar danos de qualquer natureza causados ao **Contratante** ou a terceiros, por dolo ou culpa, provenientes da ação

ou omissão sua ou de seus prepostos, na execução do **objeto** contratado ou dele decorrente;

7.1.24. Prestar o serviço adequado, na forma prevista em lei e em normas técnicas aplicáveis;

7.1.25. Arcar com todas as despesas incidentes, mão de obra, ônus e custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer seguros, impostos, taxas, tributos, encargos sociais, administração, contribuições e obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal, previdenciária e comercial, contribuições parafiscais, transporte, garantia, bem como as relativas à legislação civil e demais despesas indispensáveis à perfeita execução do objeto;

7.1.26. Arcar com as despesas relativas aos danos e perdas causados a terceiros e ao **Contratante**, pelos atos praticados pelos seus empregados, prepostos ou subordinados, mesmo que tenham sido adotadas medidas preventivas, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do serviço;

7.1.27. Provar, sempre que solicitado pelo **Contratante**, que se encontra em dia com o recolhimento de tributos, impostos, taxas, contribuições e encargos, relativos à execução do contrato;

7.1.28. Responsabilizar-se pela disciplina de seus empregados durante a jornada de trabalho e comprometer-se que eles manterão o devido respeito e cortesia, observando o controle do regimento de trabalho e descanso dos profissionais, acompanhando e comprovando sua saúde física e mental;

7.1.29. Não permitir que qualquer profissional se apresente ao serviço com sinais de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica;

7.1.30. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato;

7.1.31. Providenciar treinamentos e reciclagem necessários para garantir a execução dos trabalhos dentro dos níveis de qualidade desejados;

7.1.32. Efetuar a substituição do profissional, de imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);

7.1.33. Fornecer uniformes e complementos adequados para o desenvolvimento das atividades, sem ônus para seus empregados;

7.1.34. Fornecer aos seus empregados os benefícios previstos em Acordos ou Convenção Coletiva da categoria;

7.1.35. Atender, de imediato, às solicitações do Contratante quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;

7.1.36. Apresentar ao Contratante, quando exigido, comprovantes de pagamento de salários, apólices de seguros contra acidente de trabalho e apólice de seguro do casco, contra terceiros e danos pessoais, quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos seus empregados que estejam ou tenham estado a serviço por força do contrato;

7.1.37. Responsabilizar-se civil e criminalmente pelos danos causados ao Contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato;

7.1.38. Fornecer aos familiares do paciente e/ou cuidadores, orientações verbais e escritas, em linguagem clara, sobre a assistência a ser prestada, fornecendo inclusive sistema de comunicação que garanta o acionamento da equipe multiprofissional, serviços de retaguarda, apoio ou suporte logístico em caso de urgência e emergência, telefones de contatos e orientações para chamados;

7.1.39. Fornecer cópia integral do prontuário do paciente quando solicitado pelo Contratante;

7.1.40. Prover o abastecimento domiciliar de materiais de consumo geral e médico cirúrgico, conforme prescrição e necessidade do paciente, assim como os meios para atendimento a solicitações emergenciais;

7.1.41. Possuir sistema de comunicação que garanta o acionamento da equipe multiprofissional, serviços de retaguarda, apoio ou suporte logístico em caso de urgência e emergência;

7.1.42. Responsabilizar-se ética, civil e criminalmente, bem como na esfera trabalhista pelos serviços prestados, obrigando-se a fornecer todos os materiais, custeio, equipamentos e instalações para a perfeito execução do objeto, considerando sempre o quadro evolutivo da patologia do paciente.

8. DA EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da **Lei Federal nº8.666/1993** e **alterações posteriores**, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo Contratante, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações indispensáveis ao desempenho de suas atividades.

8.3. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade integral e exclusiva da Contratada quanto à integridade e à correção da execução do objeto a que se obrigou, suas consequências e implicações perante o Contratante, terceiros, próximas ou remotas.

8.4. A execução do contrato será acompanhada por um representante do Contratante, especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição. O servidor designado pelo Contratante irá exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização da execução das obrigações e do desempenho da Contratada, sem prejuízo desta de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.5. A Contratada deverá manter preposto, aceito pelo Contratante para representá-lo na execução do contrato.

9. SUBCONTRATAÇÃO

9.1. É vedada a subcontratação parcial ou total do objeto.

10. DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos valores praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** promover as negociações junto ao **fornecedor**, observadas as disposições contidas na **alínea "d"** do **inciso II** do **art. 65** da **Lei Federal nº8.666/1993**.

10.2. Comprovado que os preços inicialmente registrados tornaram-se superiores aos praticados no mercado, o **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA** através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA**, por intermédio do **ORGÃO GERENCIADOR**, convocará o **prestador de serviço** visando à negociação para redução e consequente alteração da ata de registro de preços, conforme o **art. 17 do Decreto Municipal nº015/2017**.

10.2.1. O **prestador de serviço** que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

10.3. Comprovado que os preços de mercado tornaram-se superiores aos registrados, o **prestador de serviço**, mediante requerimento devidamente comprovado, poderá ser liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades, conforme o **art. 18** do **Decreto Municipal nº015/2017**.

10.4. O registro de preços será cancelado quando o **prestador de serviço**:

10.4.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

10.4.2. Não retirar a **nota de empenho e/ou assinar o termo de contrato** no prazo estabelecido no edital, sem justificativa aceitável;

10.4.3. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

10.4.4. Sofrer sanção prevista nos **incisos III** ou **IV** do **art. 87** da **Lei Federal nº8.666/1993** ou no **art. 7º** da **Lei Federal nº10.520/2002**.

10.5. O registro de preços poderá ser cancelado por razão de interesse público ou mediante requerimento do **prestador de serviço** quando por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados.

10.6. O cancelamento do registro de preços nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por termo/despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, por intermédio de processo administrativo.

11. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, **somente** poderá ser utilizada por órgão ou entidade do **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA** que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

11.2. Caberá ao **prestador de serviço** beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do **objeto** decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o **ÓRGÃO GERENCIADOR** e **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, decorrentes do respectivo termo.

11.3. As **contratações** adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens constantes da ata de registro de preços.

11.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na **totalidade**, ao dobro das quantidades de cada item registrado, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

11.5. Compete ao órgão não participante que aderir à ata de registro de preços, os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo **prestador de serviço** das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

12. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

12.1. Esta ata está vinculada ao EDITAL **021/2022** e seus anexos, em especial, o **termo de referência**, bem como a proposta apresentada pelo **prestador de serviço**, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente **ata de registro de preços** correrão à conta do Programa de Trabalho e Elemento da Despesa do Orçamento da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, abaixo especificada:

Programático: 103020011.2.034000

Natureza da despesa: 3.3.90.39 – outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

Fonte de Recursos: 20 (SUS)

Programático: 103020011.2.034000

Natureza da despesa: 3.3.90.39 – outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

Fonte de Recursos: 100 (Impostos e Transferências de Impostos)

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Abaixo seguem as informações e dados para pagamento:

BANCO: BRADESCO

AGÊNCIA: 2047

CONTA CORRENTE: 12784-1

Santo Antônio de Pádua/RJ, **27/05/2022.**

MARIA CRISTINA CRETTON FRANÇA

Responsável pelo Órgão Gerenciador

JULIANA FRAUCHES NASCIMENTO

CLÍNICA DE ENFERMAGEM PRÓ CUIDAR EIRELLI

Fornecedor